

A LITERATURA AFRICANA DE EXPRESSÃO PORTUGUESA E A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE AFRO-BRASILEIRA

Carolina Machado do Nascimento¹

RESUMO

O objetivo desse artigo é refletir sobre como o estudo da literatura africana de expressão portuguesa, tornado obrigatório a partir da promulgação da Lei nº 10.639/2003, que incluiu no currículo oficial brasileiro o ensino da História e Cultura Afro-brasileira, pode contribuir para a construção da identidade do afrodescendente brasileiro.

PALAVRAS-CHAVE: literatura africana lusófona. história e cultura afro-brasileira. identidade. negritude. racismo.

ABSTRACT

The purpose of this article is to reflect on how the study of African literature in the Portuguese language, which became compulsory after the Law 10.639/2003, which included the teaching of Afro-Brazilian and African History and Culture in the Brazilian official core curriculum, can help in the development of the identity of Brazilians of African descent.

KEY WORDS: lusophone African literature. Afro-Brazilian history and culture. identity. blackness. racism.

INTRODUÇÃO

Este artigo é parte do Projeto de Iniciação Científica em Literatura Africana de Expressão Portuguesa, envolvendo estudos sobre negritude e identidade cultural e racial e a relação entre a literatura brasileira e a literatura africana de língua portuguesa, desenvolvido no curso de Licenciatura em Letras oferecido pelo Instituto Superior Anísio Teixeira, em São Gonçalo, RJ, durante os anos de 2017 e 2018.

A intenção desse trabalho é refletir sobre como o estudo da literatura africana de expressão portuguesa pode contribuir para a construção da identidade do afrodescendente brasileiro, desvinculando a figura do negro de estereótipos antiquados e racistas frutos da dominação portuguesa no período colonial, gerando a identificação do afrodescendente com suas raízes africanas, tornando o indivíduo capaz de assumir o papel de protagonista de sua narrativa pessoal, transformando-o em sujeito histórico e político.

Tal reflexão se tornou relevante a partir de 09 de janeiro de 2003, com a promulgação da Lei nº 10.639, oriunda do Projeto de Lei nº 259, apresentado em 1999 pela deputada Esther

¹ Graduanda em Letras – Licenciatura Português/Inglês pelo Instituto Superior Anísio Teixeira – ISAT

Grossi e pelo deputado Benhur Ferreira, que acrescentou dois Artigos à Lei nº 9.394/96 a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional:

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§ 1º - O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política, pertinentes à História do Brasil.

§ 2º - Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo currículo escolar em especial, nas áreas de Educação Artística e de Literatura e Histórias Brasileiras.

A inclusão desses conteúdos na educação brasileira visa promover a criação de políticas de reparação, o reconhecimento e a valorização da história, cultura e identidade afrodescendentes, a produção e a divulgação de conhecimento para a educação de cidadãos cientes e orgulhosos de seu pertencimento étnico-racial, o combate ao racismo e às discriminações e o trabalho da diversidade.

Entretanto, a implementação dessa lei ainda encontra resistência no meio escolar e acadêmico, nos quais surgiram muitas dúvidas sobre como abordar os temas relacionados à história, à cultura e à literatura africanas, sendo apontados como impedimentos para a introdução desses conteúdos: a falta de formação adequada dos professores, bem como, a falta de material específico, seja didático, crítico ou literário. Há também o questionamento sobre quais obras e de quais autores devem ser trabalhadas. É necessário, portanto, indicar qual é a produção literária africana a ser foco do ensino no Brasil.

PANORAMA DA LITERATURA AFRICANA LUSÓFONA

A literatura africana de língua portuguesa é formada pelas literaturas produzidas em: Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe, nos quais a língua portuguesa é idioma oficial e cuja produção literária é vista como autônoma, de expressão particular, única e não-portuguesa, ainda assim, não é qualquer obra produzida nesses países que deverá ser estudada. Tania Macedo (2010) indica o valor estético das obras como critério principal que guia a crítica e os estudos da literatura africana no Brasil, sem que se deixe de evidenciar sua complexidade, ao considerar-se sua dupla natureza de literatura produzida pelo colonizado no idioma do colonizador. Além disso, a composição do cânone também gera indagações, pois ainda “é encarado como um processo aberto e inacabado, passível de

numerosas e constantes revisitações” (MACEDO, 2010, p. 282) que evolui conforme os estudos sobre a literatura africana de língua portuguesa se desenvolvem, dada a juventude das nações às quais pertencem essas obras, cujas instituições legitimadoras da produção literária ainda estão em processo de consolidação.

Após considerar a questão do cânone da literatura africana lusófona, é interessante traçar um breve histórico da sua evolução, para compreender sua ligação com a literatura brasileira e como essas obras podem servir como instrumento para o aprendizado sobre a história e a cultura dos países africanos lusófonos e para a construção de uma nova imagem da África e de seus povos, desvinculada do discurso imperialista de colonização, escravidão e atraso.

O primeiro momento da formação da literatura colonial na África lusófona pode ser chamado de período de alienação (1850-1900), segundo Manuel Ferreira, nesse estágio da produção literária, “o escritor africano encontra-se em estado quase absoluto de alienação, incapaz de se libertar dos modelos europeus” (FERREIRA, 1987, p. 33). No segundo momento (1900-1930), ocorre o surgimento do sentimento nacional, desponta a consciência de pertença à África, com a ideia de negritude, os textos passam a abordar as características do ambiente da colônia, da terra natal, a alienação é substituída por uma “percepção de um certo regionalismo e o discurso acusa já alguma influência do meio social, geográfico e cultural em que estão inseridos e a enunciação vive já os primeiros sinais de sentimento nacional” (FERREIRA, 1987, p. 33). No terceiro momento (1930-1950), ocorre o rompimento com a alienação; os autores adquirem a consciência de sua condição de colonizados e a consciência política surge nos textos, que expressam o desejo de independência para a nação e de liberdade para os africanos. A literatura africana “cria a sua razão de ser na expressão das raízes profundas da realidade social nacional entendida dialecticamente” (FERREIRA, 1987, p. 33). Finalmente, no quarto momento (1950-2000), a literatura do período de independência reflete o processo de reconstrução da identidade das ex-colônias diante de sua nova realidade. O nacionalismo aflora e consolida uma realidade em que “é de todo eliminada a dependência dos escritores africanos e restituída a sua plena individualidade” (FERREIRA, 1987, p.33).

Este último, é o momento do resgate dos valores tradicionais ancestrais, combinando-os aos valores adquiridos no período colonial, já que é impossível reverter os efeitos da colonização. De indivíduo despersonalizado e coisificado, possuidor de profundo complexo de inferioridade em relação à sua cultura, o africano passa a indivíduo que se reencontra com

suas raízes, que elabora uma nova identidade cultural, reconstrói a sociedade e a cultura africanas incorporando os elementos de diferentes origens que agora a compõem. As tradições ancestrais são revalorizadas e as contribuições da cultura da antiga metrópole são incorporadas a elas, reorganizando e reorientando a diversidade para regenerar a cultura e o povo africano.

DIÁLOGO POÉTICO ÁFRICA E BRASIL

Durante esse processo de formação da literatura africana lusófona, a partir do final da década de 1940, o diálogo poético estabelecido entre as literaturas africana e brasileira se intensificou, ocorrendo a aproximação da produção dos escritores africanos com a obra dos autores modernistas brasileiros. Empenhando-se para preencher os vazios criados pelo processo de desterritorialização provocado pela colonização, por meio do qual sua língua, suas matrizes míticas e seus costumes foram reprimidos e substituídos impositivamente pela cultura alheia (DANTAS, 2010). A produção literária dos poetas africanos busca inspiração no discurso de autores brasileiros como: Graciliano Ramos, Jorge de Lima, João Cabral de Melo Neto, Carlos Drummond de Andrade e Manuel de Barros, se identificando com a proposta dos escritores brasileiros de reagirem, sistematicamente, aos paradigmas socioculturais herdados do colonizador que ainda estavam vigentes; iniciando um processo de reencontro com sua terra, seu povo e com eles próprios.

Esse diálogo poético ocorre por meio de influências, intertextualidades, paráfrases, referências explícitas e implícitas, releituras, pela afinidade temática, linguística e estética. Os principais pontos de aproximação entre as literaturas africanas de língua portuguesa e a literatura brasileira, nesse processo de construção de identidade cultural, são: a busca pela identidade nacional, com o retorno às raízes genuínas da cultura popular; a incorporação da oralidade típica do falar espontâneo do povo, a fusão do português com as línguas nativas, conscientemente adotada pelos africanos para melhor reivindicar sua autenticidade cultural e o rompimento com os padrões ideológicos baseados nos modelos europeus responsáveis pelo processo de alienação cultural das colônias (DANTAS, 2010).

Um grande exemplo, é o diálogo estabelecido entre os poetas africanos, especialmente os de Cabo Verde, e o poeta brasileiro Manuel Bandeira, que se pautou na valorização do cotidiano como meio de assinalar sua diversidade entre as nações, especialmente as de língua portuguesa, e na adoção de uma linguagem poética simples. É possível identificar as

características da lírica bandeiriana em paráfrases, paródias ou pela apropriação de algumas de suas passagens. Entre os principais exemplos, estão o poema *Itinerário de Pasárgada* de Oswaldo de Alcântara (1954) no qual é trabalhada a intertextualidade com o poema de Manuel Bandeira *Vou-me embora pra Pasárgada* em que o poeta também é atraído pela utópica Pasárgada, e o poema de Ovídio Martins *Antievasão*, cujo eu-lírico rejeita essa terra utópica pelo amor à pátria.

Atualmente, as obras dos autores africanos de língua portuguesa se estabelecem como produção independente, com características marcadamente próprias e alguns de seus autores, como Mia Couto, Pepetela, José Eduardo Agualusa, José Luandino Vieira e Ondjaki, são internacionalmente reconhecidos. Todavia, a produção desses autores ainda é pouco conhecida pelo grande público no Brasil, em parte, devido à abordagem ínfima de sua literatura no ensino brasileiro e, em parte, ao limitado interesse do mercado editorial na publicação de suas obras, o que acarreta ainda maior dificuldade em se obter tanto material literário quanto crítico, limitando ainda mais o ensino que contribuiria para sua divulgação.

NEGRITUDE: CONCEITO POLISSÊMICO

Conhecendo o panorama complexo em que se desenvolveu a literatura africana de expressão portuguesa, é necessário compreender os significados de uma palavra de extrema importância nos estudos das relações étnico-raciais: negritude.

O conceito de negritude se desenvolveu fora da África, estruturando-se na França na década de 1930 e apareceu com esse nome, pela primeira vez, em 1939, no poema *Cahier d'un Retour au Pays Natal* ("Caderno de um regresso ao país natal"), escrito pelo antilhano Aimé Césaire e editado por Volontés:

Minha negritude não é nem torre nem catedral
 Ela mergulha na carne rubra do solo
 Ela mergulha na ardente carne do céu
 Ela rompe a prostração opaca de sua justa paciência.

A palavra *négritude* em francês deriva de *nègre*, termo de caráter pejorativo que, no início do século XX, era usado para ofender ou desqualificar o negro, em oposição a *noir*, outra palavra designar negro, mas que tinha sentido respeitoso. A intenção do movimento foi

justamente reverter o sentido do termo de conotação negativa, atribuindo-lhe uma conotação de orgulho racial. Assim sendo, a negritude se caracterizava por um ato de revolução, desmobilizando o adversário em um de seus principais instrumentos de dominação: a linguagem, especialmente por meio da literatura.

Zilá Bernd explica que negritude é um termo polissêmico, dinâmico, possuidor de um caráter político, ideológico e cultural, que pode significar: a pertença à raça negra; a própria raça como coletividade; a consciência e a reivindicação do homem negro civilizado; a característica de um estilo artístico ou literário; o conjunto de valores da civilização africana, conforme listado por Lylian Kesteloot em um artigo de 1973. (BERND, 1988, p. 16)

Finalizando, Bernd resume o conceito de negritude da seguinte forma:

negritude — **com n minúsculo:** a tomada de consciência de uma situação de dominação e discriminação, e a reação pela busca de uma identidade negra.

Negritude — **com N maiúsculo:** momento pontual no processo de construção de uma identidade negra, movimento que visava dar à palavra negro um sentido positivo. (BERND, 1988)

Portanto, o movimento de Negritude surge, pois as ideologias racistas impostas durante o período de dominação colonial foram assimiladas pelos próprios negros que “ou permanecem em um estado de alienação ou decidem parar para reavaliar a situação, o que muitas vezes desencadeia uma verdadeira "crise de identidade". (BERND, 1988, p. 14)

Em um país inegavelmente mestiço, a definição da identidade afro-brasileira passa pela Negritude enquanto movimento sócio-histórico e pela situação social do negro numa realidade racista.

IDENTIDADE AFRODESCENDENTE BRASILEIRA

A identidade não é um atributo fixo que após obtido se tem para sempre, na verdade, é construída pelos indivíduos no decorrer de sua vida, conforme se conhecem e compreendem sua posição na sociedade, a posição dos que os cercam e as relações de poder que atuam no mundo. Identidade é identificação com um grupo, sentimento de pertença e posicionamento socio-político. Além disso, uma mesma pessoa possui múltiplas identidades, mas sejam elas baseadas em sua classe social, etnia, gênero, religião ou nacionalidade, são todas construtos sociais, resultado de um diálogo entre o indivíduo e o mundo.

Isto posto, conhecer a produção literária dos países africanos lusófonos, com seu conteúdo de afirmação de sua africanidade, de orgulho por sua ancestralidade e o papel desta como instrumento de redefinição do lugar do negro no mundo, é um meio de resgatar as matrizes culturais africanas e de ressignificar o que é a África e o que é ser negro para o afrodescendente brasileiro. Tal conhecimento permite a valorização de sua ancestralidade africana e a superação do complexo de inferioridade engendrado pelo processo de dominação dos negros, que foram roubados de sua liberdade, cultura e soberania. O estudo da literatura africana lusófona é um caminho para o surgimento de uma nova consciência do que é ser negro ou afrodescendente no Brasil e da conexão profunda que existe entre o Brasil e os países africanos lusófonos e a África como um todo.

A literatura africana de expressão portuguesa oferece uma visão do negro e da África que foge da limitação dos estereótipos pejorativos, trazendo o negro no papel de protagonista, herói, sábio, fonte de conhecimento e de cultura, guerreiro e guardião da história de seu povo; permitindo, assim, que o leitor brasileiro (re)descubra a diversidade cultural que forma o continente africano e que está entranhada em suas próprias raízes ancestrais.

Os autores africanos lusófonos romperam com os padrões estéticos e temáticos da metrópole, mesmo que ainda escrevam na língua do colonizador, utilizaram a literatura como instrumento de autoconhecimento e de fortalecimento da autoestima nacional, rompendo com a imagem de servidão, submissão e de incapacidade de falar e agir por si próprio que era atribuída aos negros; desta forma, auxiliando no reconhecimento das imagens deturpadas do colonizado e do colonizador que foram criadas durante o período colonial e que serviram de aparato para o sistema de dominação e escravidão. De objeto, o negro tornou-se sujeito de sua história, não porque outros lhe deram essa posição ou permitiram que nela se colocasse, mas porque ele mesmo a conquistou para si.

Os afrodescendentes cresceram recebendo a mensagem da visão dominante, normalmente de maneira inconsciente, de que o branco é o ideal a ser alcançado, enquanto o negro é o inferior, do qual o indivíduo deve se afastar cada vez mais, incluindo tudo o que possa realçar as características negras. O fato de ser afrodescendente é, muitas vezes, sequer reconhecido ou assumido pelo indivíduo; usa-se classificações como moreno ou pardo para se afastar do famigerado negro, pois, quanto mais próximo do branco se estiver, melhor. Nesse contexto, a miscigenação assume, portanto, papel de meio de elevação estética, social, intelectual, cultural e, até mesmo, moral.

Em contrapartida, em um momento em que se percebe um movimento de valorização das raízes africanas entre os afrodescendentes brasileiros, descobrir por meio das literaturas africanas de expressão portuguesa a sua ancestralidade, a complexidade do panorama cultural e histórico africano, o processo de resistência e de superação das limitações impostas pela dominação, permitirá ao afro-brasileiro redescobrir suas raízes, entrar em contato com uma realidade nunca imaginada de ricos aspectos culturais e as vias de comunicação entre Brasil e África que ultrapassam o tráfico de negros escravizados, como o diálogo poético existente entre autores africanos e brasileiros.

Consequentemente, o afrodescendente brasileiro poderá aprender a se afirmar como tal com orgulho, assumindo a responsabilidade social e política conferida por essa identidade e, assim, será capaz de unir-se a uma comunidade que trabalha para construir uma sociedade mais justa e igualitária e que partilha um legado de memórias, tradições e de profunda herança cultural, artística e linguística.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inclusão o ensino da História e Cultura Afro-brasileira no currículo oficial brasileiro a partir da promulgação da Lei nº 10.639/2003 tem como objetivo a geração de uma sociedade mais justa e igualitária, divulgando e valorizando a contribuição dos africanos para a construção da cultura e da sociedade brasileira, proporcionando ao aluno um momento de reflexão, discussão e interação com professores e colegas sobre aspectos da cultura e tradições africanas e sobre o discurso ainda dominante que apresenta a África e os seus povos como subdesenvolvidos, não civilizados e sem cultura.

Conforme apontado no presente trabalho, essa inclusão provocou reações variadas na sociedade brasileira, especialmente nos meios escolares e acadêmicos nos quais o acréscimo desse conteúdo gerou preocupação por não se saber como abordá-lo, devido à falta de formação na área por parte dos professores. É neste terreno que o ensino da História e Cultura Afro-brasileira tenta se estruturar e realizar aquilo para o qual foi proposto.

Diante disso, é interessante perceber que esse é apenas mais um avanço no processo iniciado nas primeiras décadas do século XX com o movimento de Negritude, buscando a desconstrução do discurso imperialista remanescente do período colonial para a formação de

uma comunidade negra mundial que se identifica com suas raízes africanas e busca construir uma nova identidade coletiva afrodescendente.

Conforme apontado pelo Conselho Nacional de Educação, “pedagogias de combate ao racismo e a discriminações elaboradas com o objetivo de educação das relações étnico/raciais positivas têm como objetivo fortalecer entre os negros e despertar entre os brancos a consciência negra.” (Parecer CNE/CP 3/2004. p. 7) Tais pedagogias podem oferecer os conhecimentos necessários para os negros se orgulharem da sua origem africana e para que os brancos identifiquem a contribuição a participação e a importância da história e da cultura dos negros na estruturação da sociedade e cultura brasileiras.

Conclui-se, portanto, que o ensino da literatura africana lusófona, com suas características de retorno às raízes africanas e de valorização da cultura ancestral, deve apresentar a relação entre o texto literário e a dimensão sociocultural que permeia a realidade em que esse texto foi escrito. Dessa forma, será possível provocar nos alunos a identificação dos padrões negativos engendrados durante séculos de dominação e introjetados pela população negra, que ainda sofre com o complexo de inferioridade coletivo ocasionado por séculos de agressões. Somente após a tomada de consciência dessa realidade de padrões socioculturais deturpados, será possível reconstruir a identidade coletiva afro-brasileira baseada numa história real e positiva capaz de resgatar a plena humanidade e a autoestima dos negros e afrodescendentes, para que finalmente se vejam e sejam vistos não apenas como objetos de história, mas sim como sujeitos participativos do processo de construção da cultura e do povo brasileiro e do mundo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BERND, Zilá. **O Que é Negritude**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1988.

BISPO, Suely. **Solano Trindade: negritude e identidade na literatura brasileira**. REEL – Revista Eletrônica de Estudos Literários, Vitória, s. 2, ano 7, n. 9, 2011. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufes.br/reel/article/view/3724>>. Acesso em: 10 dez. 2018.

B. M. M. DOS SANTOS, Silvia Karla. **O que é ser negro no brasil?** Uma reflexão sobre o processo de construção da identidade do povo brasileiro. Cadernos Imbondeiro, João Pessoa, v. 2, n. 1, jan. 2012. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ci/issue/view/1186/showToc>>. Acesso em: 10 dez. 2018.

BRASIL. **Lei número 10.639**, 9 de janeiro de 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.639.htm>. Acesso em: 11 dez. 2018.

BRASIL. **Resolução N° 1, de 17 de junho de 2004.** Parecer CNE/CP 3/2004. p. 7.
Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/cnecp_003.pdf> Acesso em: 11 dez. 2018.

FERREIRA, Manuel. **Literaturas Africanas de Expressão Portuguesa.** São Paulo: Editora Ática, 1987.

DANTAS, Elisalva Madruga. **África e Brasil: Entrelaces Poéticos.** In: SECCO, Carmen Tindó (org). **África, escritas literárias: Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe.** Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2010.

MACEDO, Tania. O Ensino das Literaturas Africanas de Língua Portuguesa no Brasil: Algumas Questões. In: SECCO, Carmen Tindó (Org.). **África, escritas literárias: Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe.** Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2010.

TILIO, R. **Reflexões acerca do conceito de identidade.** Revista Eletrônica do Instituto de Humanidades. v. VIII, p.109 - 119, 2009. Disponível em:
<<http://publicacoes.unigranrio.edu.br/index.php/reihm/article/view/529>> Acesso em: 14 dez. 2018.